



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

ADVERTÊNCIA

O Município de Pedras de Maria da Cruz - MG ADVERTE a todos os Licitantes, que não está hesitando penalizar Empresas/Contratados que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as Empresas/Contratados apresentem suas Propostas e Lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a entrega do objeto da forma como foi solicitado no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas, e somente serão deferidos, se em total consonância com a Lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as Empresas Licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 023/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026

TIPO:

MENOR PREÇO POR ITEM, como referência os valores unitários e totais lançados no Termo de Referência (ANEXO I).

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOPEDAGOGIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG. (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- **Pregoeiro:** Leonardo Ferreira da Cruz Júnior.
- **INICIO DAS PROPOSTAS:** 07:00 horas do dia 13/08/2026
- **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ:** 23h59min do dia 21/08/2026.
- **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ:** 23h59min do dia 21/08/2026.
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 08:59 horas do dia 26/08/2026.
- **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** às 09:00 horas do dia 26/08/2026.
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09:00 horas do dia 26/08/2026

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

• **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

PODERÃO SER FORMULADAS CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL:

TELEFONE: (38) 3622-4140 OU PELO EMAIL: licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.
- **ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:

www.portaldecompraspublicas.com.br.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ – MG. sede na Praça Ernani Pereira, Nº 291 – Centro - CEP: 39.492-000, Pedras de Maria da Cruz/MG, CNPJ 25.209.156/0001-08, isento de inscrição estadual, através do Pregoeiro, nomeada pela Portaria 011, de 05 de janeiro de 2026,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

da Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz/MG, torna pública a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 067/2026 NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores, LC nº 123/06, LC nº 147/14, LC nº 155/16, demais condições fixadas neste instrumento convocatório. O qual se encontra à disposição dos interessados para exame na sede da Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz/MG, na Praça Ernani Pereira, nº 291 - Centro, Pedras de Maria da Cruz/MG, no setor de Licitações desta Prefeitura e o Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela **INTERNET**, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - Os trabalhos serão conduzidos pelo funcionário da Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz, Leonardo Ferreira da Cruz Júnior, designado Pregoeiro, Portaria 011, de 05 de janeiro de 2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito Municipal e propor a adjudicação e homologação.

2 - O Edital estará disponível gratuitamente na página **<https://pedrasdemariadacruz.mg.gov.br/licitacoes/>** e no endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br**, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz/MG, sito à sede provisória na Praça Ernani Pereira, Nº 291 - Centro, Pedras de Maria da Cruz – MG, CEP 39.492-000, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

II - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOPEDAGOGIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG. (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)**, conforme especificações, quantidades, condições de execução, critérios de medição e pagamento estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I.

2. As características, quantidades, unidade de medida, local de execução, carga horária, forma de prestação e demais condições do serviço serão aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

3. A contratação deverá observar integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e na respectiva minuta contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

III – DA SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Educação.

IV DO CREDENCIAMENTO

1 - O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2 - O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4 - O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação as **Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**, do ramo de atividade compatível com o objeto, que atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. A participação exclusiva observará as disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

2 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

receber citaçãoe responder administrativa ou judicialmente;

2.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.6 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.7 - A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº14.133/2021.

3 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio dosistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.2 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.3 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.6 - Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.7 - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.8 - Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art.93 da Lei nº 8.213/1991.

4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preço e a descrição do serviço ofertado, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2. A proposta deverá indicar:

a) descrição clara e suficiente do serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) valor unitário;
- c) quantidade;
- d) valor total do item;
- e) demais informações exigidas no Termo de Referência.

3. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, deslocamentos, materiais e demais despesas incidentes.

4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar a documentação necessária à habilitação, ainda que exista restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observados os benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens ou da desconexão.

6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas.

7. Não haverá classificação prévia das propostas para fins de habilitação, sendo a classificação definitiva estabelecida após a realização da fase de lances, negociação e julgamento.

8. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.

VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1 - Para lançamento da proposta no Portal de Compras Públicas, o licitante deverá observar a numeração dos itens constante do Termo de Referência.

2. O licitante deverá informar o valor unitário e o valor total do item, conforme unidade de medida estabelecida no Termo de Referência.

3. A descrição da proposta deverá permitir a identificação precisa do serviço ofertado, vedada a inclusão de informações que permitam identificar indevidamente o licitante quando o sistema não as exigir.

4. Todas as condições e especificações do serviço contidas na proposta vincularão a contratada durante a execução contratual.

5. Os valores propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

6. Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

7. **O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias**, contado da data da sessão pública, salvo disposição diversa estabelecida no sistema ou no Termo de Referência.
8. A apresentação da proposta e dos lances implica compromisso de manutenção das condições ofertadas, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.
9. Os valores deverão ser apresentados com até 02 (duas) casas decimais.
10. A proposta não poderá conter condições ou opções que dificultem o julgamento objetivo.

VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
 - 2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 5.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (03) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 10 - Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 12 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 13 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 14 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 15 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 18 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 21 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 22 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 22.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

22.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

22.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

22.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

23 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

23.2 empresas brasileiras;

23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

24 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

24.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

24.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **(02) DUAS horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

25 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

1 - Encerrada a fase de lances, será realizada negociação com o licitante classificado em primeiro lugar, quando cabível, buscando-se obter condição mais vantajosa para a Administração.

2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

3. Encerrada a negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade com o objeto e com o preço máximo estabelecido pela Administração.

4. Será desclassificada a proposta que:

a) apresentar vício insanável;

b) não obedecer às especificações técnicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

c) apresentar preço superior ao preço máximo estabelecido, quando este tiver caráter sigiloso e já houver sido divulgado, ou quando expressamente previsto no Edital;

d) apresentar preço manifestamente inexequível;

e) não atender às exigências do Edital.

5. Na análise da exequibilidade, poderão ser solicitados documentos, planilhas, esclarecimentos ou outros elementos necessários à demonstração da capacidade de execução pelo preço ofertado.

6. A eventual suspeita de inexequibilidade não implicará desclassificação automática, devendo ser oportunizada ao licitante a demonstração da exequibilidade quando necessária.

7. O responsável pelo certame poderá solicitar documentos complementares destinados a esclarecer ou comprovar informações já apresentadas, desde que não implique alteração da substância da proposta ou inclusão de documento que deveria ter sido apresentado anteriormente, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de saneamento.

8. Os documentos complementares deverão ser apresentados no prazo estabelecido no sistema, que poderá ser de até 02 (duas) horas, salvo prorrogação devidamente justificada e aceita.

9. Não será exigida apresentação de amostra, protótipo, catálogo, manual, marca, modelo ou carta de solidariedade, por se tratar de contratação de prestação de serviços.

10. Caso a proposta classificada em primeiro lugar seja recusada, será analisada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação.

11. Concluída a análise da proposta, será realizada a verificação da habilitação do licitante.

X – DA HABILITAÇÃO

1. Encerradas as fases de julgamento e negociação, o responsável pelo certame verificará se o licitante classificado em primeiro lugar atende às condições de participação e habilitação estabelecidas neste Edital.

2. A Administração poderá consultar os cadastros oficiais destinados à verificação de eventuais sanções ou impedimentos de licitar e contratar.

3. Poderão ser consultados, conforme disponibilidade e pertinência:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

d) Sistemas e cadastros oficiais mantidos pelos Tribunais de Contas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

e) Demais bases oficiais disponíveis.

4. Constatada a existência de impedimento legal à participação ou contratação, o licitante será inabilitado, mediante decisão fundamentada.

5. A habilitação compreenderá:

a) habilitação jurídica;

b) habilitação fiscal, social e trabalhista;

c) habilitação econômico-financeira, quando exigida;

6. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data estabelecida para sua apresentação, admitida a comprovação mediante consulta aos sítios oficiais emissores.

7. Havendo necessidade de documentos complementares destinados exclusivamente à confirmação de documentos já apresentados, o licitante poderá ser convocado a apresentá-los pelo sistema eletrônico, no prazo estabelecido pelo responsável pelo certame.

8. Somente haverá exigência de apresentação de documento original não digitalizado quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade do documento apresentado.

9. Os documentos deverão observar as regras aplicáveis à matriz e às filiais.

10 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

10.2. Sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos de seus administradores.

10.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da indicação de seus administradores.

10.4. Filial, sucursal ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro da matriz, quando exigível.

10.5. Empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil: decreto de autorização, quando exigível.

10.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11 – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- 11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando houver, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto.
- 11.3. Certidão de regularidade perante a Fazenda Nacional, na forma legalmente exigida.
- 11.4. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- 11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa.
- 11.6. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual, quando exigível em razão da atividade.
- 11.7. Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante.
- 11.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão apresentar documentação fiscal e trabalhista com restrição, observados os prazos e benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

12 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 12.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 12.3. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 13.1. Declaração de Pleno atendimento, conforme modelo do Anexo III do Edital, observando-se que todo o teor do conteúdo encontrado no modelo deverá constar na Declaração a ser entregue no certame;
- 13.2 - Declaração do porte da empresa.

14 – DA REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA DAS ME/EPP

- 14.1. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista não impedirá a declaração de vencedora da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, desde que atendidas as demais exigências.
- 14.2. A licitante será convocada para regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da declaração de vencedora, prorrogável por igual período, mediante requerimento devidamente justificado e aceito pela Administração, observada a legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

14.3. A não regularização acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

XI – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada pelo sistema eletrônico no prazo estabelecido pelo responsável pelo certame, que poderá ser de até 02 (duas) horas.

2 - A proposta final deverá:

- a) estar redigida em língua portuguesa;
- b) apresentar os valores unitários e totais;
- c) conter descrição suficiente do serviço;
- d) indicar todos os custos necessários à execução;
- e) estar assinada pelo representante legal;
- f) observar integralmente as condições do Edital e Termo de Referência.

3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

4. Em caso de divergência entre o valor unitário e o valor total, serão observadas as regras de saneamento e julgamento aplicáveis, privilegiando-se a correção de erro material quando possível sem alteração da substância da proposta.

5. A proposta final vinculará a contratada durante a execução contratual.

XII – DOS RECURSOS

1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de **30 (trinta) minutos**.

1.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar para a autoridade competente a adjudicação o objeto à licitante declarada vencedora.

1.3 - Diante da manifestação da intenção de recurso o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

1.4 - Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer Praça Ernani Pereira, Nº 291 - Centro – Pedras de Maria da Cruz/MG, de segunda à sexta-feira, das 07:00hrs às 16:00hrs.

1.5 - Recebida a intenção de interpor recurso pelo pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

1.6 - As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente o pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

2 - Caberá o pregoeiro de contratações receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito Municipal de Pedras de Maria da Cruz/MG para a decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis.

3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital (**item 1.4**).

5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

.XIII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) em decorrência de decisão administrativa ou recurso que determine a repetição de atos;
- b) quando o vencedor não comprovar as condições de contratação;
- c) quando o vencedor não assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente;
- d) quando houver necessidade de convocação de licitante remanescente, observadas as disposições legais.

2. Os licitantes remanescentes serão convocados pelo sistema eletrônico, observada a ordem de classificação.

3. A convocação observará os dados cadastrados no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

XIV– DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, caso ocorram, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para adjudicar o objeto e homologar a licitação, caso haja conveniência e oportunidade administrativa.

XV – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

XVI – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

1.2 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

1.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

1.4 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

2 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

2.1 - Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

2.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

2.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

3 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

4 - Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

5 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

6 - Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

7 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

XVII – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

1 - As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

XVIII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

1.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

XIX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

XX – DO PAGAMENTO

1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

XXI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a prática, pelo licitante ou pelo contratado, de quaisquer dos seguintes atos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, observadas a natureza, a gravidade da conduta, os danos causados à Administração e as circunstâncias do caso concreto, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

3. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente nas hipóteses de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

4. A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas neste Edital e poderá ser cumulada com as demais sanções, quando cabível, observados os limites estabelecidos no art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

5. A multa poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:

a) multa moratória: de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **10% (dez por cento)**, sem prejuízo da possibilidade de conversão em multa compensatória e das demais sanções cabíveis;

b) multa compensatória: de **10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida**, nas hipóteses de inexecução parcial que cause prejuízo à Administração, e de até **20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato**, nas hipóteses de inexecução total, fraude ou outras condutas de maior gravidade, observada a proporcionalidade e os limites legais.

6. A aplicação de multa moratória não impedirá a Administração de converter a obrigação em perdas e danos, quando cabível, nem de aplicar outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Pedras de Maria da Cruz/MG, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, observados os requisitos legais.

8. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas hipóteses dos incisos II a VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, observados os requisitos legais, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

9. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 2 dependerá da instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta na forma do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurados ao licitante ou contratado o contraditório e a ampla defesa.

11. Para aplicação das sanções de advertência e multa, será assegurada ao interessado a oportunidade de apresentar defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

12. Da aplicação das sanções de advertência e multa caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

13. Da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, observado o procedimento previsto nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021.

14. As sanções aplicadas serão registradas nos cadastros competentes e divulgadas na forma da legislação vigente, inclusive no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, quando cabível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

15. A aplicação de qualquer das sanções previstas neste Edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

16. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas independentemente da existência de prejuízo efetivo, quando a infração estiver caracterizada e assim permitir a legislação, sem prejuízo da necessária observância da proporcionalidade, do contraditório e da ampla defesa.

17. As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente, mediante decisão fundamentada, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não impede a Administração de promover a extinção do contrato, quando presentes as hipóteses legais, nem de adotar as demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

XXII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

1.1 A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

6 - A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

XXIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 2- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 10 - O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
 - 10.1 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 11 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12 - O Município de Pedras de Maria da Cruz, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
 - 12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
 - 12.2 - A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

13 - É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III – Minuta de Declaração de Pleno atendimento;

ANEXO IV – Modelo de Declaração do Porte da Empresa

ANEXO V – Minuta de Contrato;

Pedras de Maria da Cruz - MG, 12 de agosto de 2026.

Heider da Silva Mendes
Prefeito Municipal